



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638308 - MT (2021/0000605-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RAMON HONDA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : RAMON HONDA SILVA - MT0239160
KASSIO ARGOLO DE ABREU - MT027398
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : MIKAELE SALVADOR DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MIKAELE SALVADOR DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Processo n. 1004337-25.2020.8.11.0004).

A paciente foi presa em flagrante no dia 24/11/2020, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva no dia 26/11/2020.

Os impetrantes sustentam que, "malgrado sua Prisão em Flagrante Delito, posteriormente convertida em Prisão Preventiva que, diga-se de passagem, com a devida vênia, decretada de forma PADRÃO, GENÉRICA e ABSTRATA, fundamentada em 'conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso' (inciso II), como 'motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão' (inciso III), despida de elementos específicos e individuais do caso concreto aptos a fundamentar a coação excepcional e antecipada, verdade é que a todos é garantido o direito individual de locomoção e consagrado pela Carta Maior, por força do Princípio da Inocência, que 'ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória' (Art. 5º, LVII, CF) ou tão pouco 'levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança' (Art. 5º, LXVI, CF), salvo quando manifesto a presença dos requisitos do Art. 312, CPP" (fl. 12).

Aduzem que "a condição excepcional da postulante, devido estar em fase imperiosa de amamentação, bem como à necessidade da filha para com a mãe no começo de sua vida, comprova ser ela imprescindível aos cuidados dos menores A. H. D. O. de apenas 03 (três) anos de idade e E. V. F. D. de apenas 09 (nove) anos de idade, sendo a única pessoa possível em dar afeto e o carinho necessário ao seu desenvolvimento, o que demonstra a ausência dos requisitos institucionalizadores da segregação preventiva (art.

312, CPP)" (f. 19) (nomes suprimidos do documento original, em prol da preservação dos menores).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a conversão para prisão domiciliar em virtude de ser genitora de duas crianças menores de 12 anos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete. O Tribunal de origem ponderou que:

Não fosse suficiente, em atenta leitura ao decisum no qual se converteu a prisão em flagrante em preventiva, o Magistrado de instância primeva assinalou que a paciente possui 3 ações penais de pelos crimes de Tráfico de drogas e Associação para o tráfico (em uma das quais já foi prolatada sentença condenatória não transitada em julgada pelo crime de Tráfico de drogas), além de dois inquéritos policiais em andamento.

(...)

V – Por derradeiro, em que pese o Impetrante sustente que a paciente preenche os requisitos do art. 318, III, do CPP, de maneira a fazer jus ao benefício da prisão domiciliar, além de não haver nos autos inequívoca

comprovação de que a paciente seja a única responsável pelos cuidados dos filhos, conforme consignado pela autoridade acoimada de coatora, “(...) com relação à conversão da prisão em domiciliar, analisando todos os antecedentes da flagrada, tal medida não é cabível, uma vez que a flagrada já se encontrava em prisão domiciliar e, inclusive, já foi solta três vezes pelo mesmo motivo de ser mãe de crianças pequenas” (...).

Demais disso, entendo escorreita a fundamentação de que há risco para as próprias crianças, uma vez que “(...) irão viver em ambiente de tráfico, principalmente considerando os relatos da autuada ao afirmar que, quando a guarnição militar chegou em sua residência, ela e seu esposo estavam consumindo drogas”.

Dessa maneira, a priori, sobretudo pelo fundado receio de risco à saúde e à integridade física das crianças, entendo inviável a concessão de prisão domiciliar à paciente.

Por todo o exposto, num contexto em que o encarceramento provisório parece ser o único instrumento capaz de acautelar a ordem pública e tutelar o meio social, bem como por não verificar, *primo ictu oculi*, vício algum no título judicial impugnado, mostra-se inviável, em sede de cognição sumária, promover a restituição do pretendido *status libertatis* (fls. 172/174)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente